

Carlos Alberto Ramos *

O dia 20 de março do corrente ano a Gazeta Mercantil Distrito Federal veiculou um artigo de minha autoria cujo título foi O Programa Bolsa-Escola. Nele, minha mensagem pode ser sintetizada da seguinte forma: a) o programa bolsa-escola pode ser identificado como uma política pública a partir da qual pretende-se quebrar uma das formas de transmissão da pobreza entre gerações; b) ao associar uma complementação financeira às famílias beneficiadas pela frequência escolar de seus filhos entre 7 e 14 anos, esse programa permitiria elevar a frequência desses menores no sistema de ensino, dado que não teriam que ingressar ao mercado de trabalho para complementar os rendimentos dos adultos; c) a partir dos dados primários da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD/IBGE), realizei tabulações especiais onde observei uma generalizada elevação da escolaridade das crianças (10-14 anos) entre 1993 e 1996, em todos os quintis de distribuição de renda familiar *per capita*, uma tendência que tanto observou-se no Brasil como em Brasília; d) a partir dessa constatação, levanto hipóteses sobre as reais potencialidades do programa (sua eficácia e eficiência); e e) a partir dessas conclusões me permito realizar uma conjectura sobre a impopularidade do Governador Cristovam nas classes populares, supondo que a falta de reversão significativa dessa impopularidade, apesar do apelo nacional e internacional do programa, talvez deva-se a um reduzido impacto no bem-estar dessas famílias no curto prazo.

Na Gazeta Mercantil/Distrito Federal do dia 31 de março, Paulo Valle, Coordenador do Programa Bolsa-Escola do GDF, responde meu artigo com o agressivo título de *Hipocrisia Acadêmica*. Podemos sintetizar seus argumentos da seguinte forma: a) as fontes de dados no Brasil são precárias e a partir delas pode-se provar qualquer coisa; b) o objetivo do programa é colocar as crianças na escola e não redistribuir renda, sendo, nesse sentido, um êxito; e c) meus objetivos são, em realidade, outros: atacar o Governador Cristovam.

Pretendo neste artigo responder ao Sr. Paulo Valle e finalizar a polêmica, sendo que as razões que me levam a não continuar o debate serão expostas nos próximos parágrafos. Só a semana retrasada tive conhecimento do artigo do Coordenador do Programa no DF, fato que justifica a demora nesta resposta.

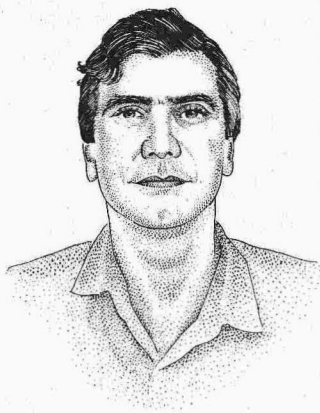
O Sr. Paulo Valle começa sustentando uma certa precariedade nas séries estatísticas no Brasil. Devemos lembrar que o país possui a melhor rede de

informações da América Latina, sendo sua qualidade, cobertura e difusão comparáveis às existentes nas nações mais desenvolvidas. Porém, chama a atenção o questionamento realizado quanto a base de dados que utilizamos ser a PNAD. Devemos lembrar que essa fonte de informações alimentou todo o discurso crítico da esquerda na ditadura militar, dado que, a partir de seus dados, provou-se que o crescimento econômico ia acompanhado por uma crescente concentração nos rendimentos. A quase totalidade dos estudos sobre pobreza e concentração de renda no país são realizados a partir da PNAD. Devemos lembrar, também, que a companhia contra a fome, nos anos de 1993/94, foi realizada tendo como pano de fundo a existência de 32 milhões de indigentes, um dado obtido a partir da PNAD. Desta forma, quando, a partir dessa base estatística, concluiu-se que os indicadores sociais são ruins e/ou em deterioração, a fonte é utilizada e prestigada, no entanto, quando chega-se à conclusão (como nas tabelas apresentadas em meu artigo) que a escolaridade

elevou-se significativamente, a fonte é precária e procede-se à sua desqualificação.

O Sr. Paulo Valle questiona os dados utilizados porque, entre outras coisas, existiriam 2,3 milhões de crianças fora da escola (o dado seria do MEC). Em realidade, o Coordenador da Bolsa-Escola está realizando uma péssima leitura das tabelas apresentadas no meu artigo e me está atribuindo afirmações que não realizei. No artigo sustento que a escolaridade elevou-se, sendo que o percentual de crianças que só trabalham reduziu-se, tanto em Brasília como no Brasil. Devemos perceber que não estou afirmando que não existe trabalho infantil, senão que a proporção de crianças nessa situação caiu. Uma simples leitura das tabelas apresentadas permite chegar a essa conclusão.

O Coordenador da Bolsa-Escola sustenta que esse programa não foi imaginado para reduzir a desigualdade de renda e sim para colocar a criança na escola. Em realidade no meu artigo argumento que esse tipo de política tem como objetivo reduzir a pobreza. Uma coisa é pobreza e outra é a distribuição de renda. Um país pode crescer, concentrar renda e reduzir a pobreza ou, alternativamente, reduzir a concentração e elevar a pobreza. Concentração de renda e pobreza, ainda que possam existir relações entre elas, são dois conceitos diferentes e, dado o espaço de um artigo de jornal, não é possível me estender nesse tipo



de explicações. Por outra parte, cabe realizar uma pergunta: para que colocar uma criança na escola se esse fato não tem nenhum impacto sobre a pobreza e/ou distribuição de renda? Elevar a taxa de escolarização

é um objetivo em si mesmo (como sugere Paulo Valle) ou um meio para atingir outros fins (uma sociedade menos desigual, menores índices de pobreza, etc.)?

Porém, a leitura mais surpreendente de meu artigo é realizada quando afirma-se que o objetivo é atingir o Prof. Cristovam. Mantenho com ele um relacionamento, pessoal e profissional, que não está restrito aos últimos quatro anos e que espero se mantenha apesar dessas esdrúxulas leituras que seus colaboradores realizam de meus artigos. Em realidade, minha conjectura é natural e não tem segundas intenções: como podemos explicar o fato que um programa com tanto apelo nacional e internacional não logra ter desdobramentos nas intenções de voto das classes populares? Talvez, os dados apresentados e as interpretações realizadas possam explicar, ainda que parcialmente, essa fenômeno.

Como afirmou Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. Nesse sentido, o programa bolsa-escola goza de uma unanimidade que chama a atenção. O Sr. Paulo Valle cita, como exemplo, os elogios ao programa bolsa-escola realizados pela UNICEF/UNESCO/Instituto Polis. Poderia (ou esqueceu de) citar, também, o BID, o Banco Mundial e o FMI, órgãos internacionais em cujos documentos podemos encontrar um amplo apoio a esse tipo de política paralelamente a recomendações para flexibilizar os mercados de trabalho, abrir a economia, priorizar o controle do déficit público, etc. Será que os elogios destes últimos organismos internacionais são bem-vindos?

No artigo do Sr. Paulo Valle existe uma certa perspectiva crítica com respeito à academia, já insinuada no título. São múltiplas as críticas que podem ser realizadas às Universidades públicas, mas certamente uma de suas virtudes é sua independência com respeito ao poder. Meu compromisso, como professor de uma Universidade, é discutir a consistência das teorias e sua aderência com a realidade, sem levar em consideração as consequências, para o poder, dos resultados encontrados. Em geral, um centro de reflexão independente sempre será mal tolerado. A política (ou falta dela) do Governo Federal com respeito às universidades

federais é um exemplo. Nesse sentido, é uma pena ter-se desperdiçado um espaço para desenvolver um debate, sendo o único requisito a rigorosidade e o respeito com as posições da outra parte. Para mim, fica encerrada a polêmica.

A resposta do Sr. Paulo Valle me produz uma irresistível tentação a extrapolar minhas reflexões além do simples debate sobre o programa bolsa-escola. A esquerda tem, ou deveria ter, uma natural vocação crítica. Porém, parece que o poder tende, não importa o sinal ideológico dos detentores, a estabelecer limites ao debate. Na história da esquerda no poder, os exemplos são generosos sobre esses limites. Para só citar um, lembremos o começo da Revolução Cubana, quando Fidel, em debate com os intelectuais, proferiu aquela famosa frase: "Dentro da revolução tudo, fora da revolução nada". Além da fragilidade do argumento em si, o problema torna-se particularmente perigoso porque resulta difícil determinar o que está dentro e o que está fora. O Sr. Paulo Valle, por exemplo, afirma que já foram realizadas várias avaliações do programa e que as críticas e o debate são sempre bem-vindos como instrumento de reflexão e correção dos erros. Porém, distorce meus argumentos, desqualifica a fonte de dados utilizada e me atribui duplas

Elevar a taxa de escolarização é um objetivo em si mesmo ou um meio para atingir outros fins?

intenções. Ou seja: qual é o limite do debate? Talvez o Sr. Paulo Valle poderia realizar uma adaptação da frase de Fidel, afirmando: "Dentro do programa bolsa-escola tudo, fora do programa bolsa-escola nada", sendo que ele, logicamente, tem uma evidente vocação para estabelecer os tênues limites entre o tudo e o nada.

O acesso ao poder pode levar a uma que quase inevitável construção de ritos, liturgias, dogmas, etc., sendo que, no limite, estabelece-se uma religião. Assim como, por exemplo, na Igreja Católica, a virgindade de Maria ou a ressurreição de Cristo não podem ser questionáveis, parece que para certos integrantes do Governo Democrático e Popular existem limites para as críticas. Felizmente, os tempos mudaram, a Igreja Católica já não envia mais à fogueira aqueles que ousam questionar a virgindade de Maria e outras religiões não enviam aos *gulags* aqueles cujas críticas ultrapassam os limites estabelecidos quando estão no poder. Os esquerdistas de carteirinha, que tanto estudam os esquemas de reprodução ampliada em Rosa Luxemburgo, deveriam lembrar que, na sua polêmica com Lenin, ela afirmou que "a liberdade é sempre daquele que pensa diferente".

Amém.

* Professor do Departamento de Economia da UnB